

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Icatu Seguros S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes. O somatório do Faturamento ("F") da Icatu Seguros S.A. foi de R\$ 1,9 bilhões, o que representa um crescimento de 4% em relação ao ano anterior. As reservas técnicas de seguros e previdência complementar somaram R\$ 8,9 bilhões em 2014, o que representa um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. A soma dos resultados das operações de seguros, previdência complementar e resseguros alcançou R\$ 288,1 milhões o que representa um crescimento de 21% em relação ao ano anterior. A Icatu Seguros S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 215,0 milhões no exercício de 2014, comparado a R\$ 101,8 milhões em relação ao ano anterior, reflexo da performance positiva das operações, além do cenário de taxa de juros, resultado de equivalência de sua controlada Icatu Capitalização S.A. e suas investidas. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 823,3 milhões em 2014, líquidos da distribuição de R\$ 50,0 milhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2014, representando um crescimento de 30% em relação ao ano anterior. A Icatu Seguros S.A. mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres da ordem de R\$ 149,0 milhões. A Sociedade administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 483/2014 inclusive mantendo os títulos e valores mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento". A Icatu Seguros S.A. aproveitou a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e aos seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. A Administração. Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013. (Em milhares de reais). 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Icatu Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Icatu Seguros S.A. tem como controladora direta e indireta a Icatu Holding S.A. Segue-se quadro acionário da Companhia.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 483/14, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referenciadas pela SUSEP durante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 483 de 06 de Janeiro de 2014, revogou a Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, alterando o plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas. A Receita com emissão de Apólice teve sua divulgação reclassificada no valor de R\$ 3.630 para efeito de comparabilidade, modificando a linha de Sinistros Ocorridos em 2013 de R\$ 378.288 para R\$ 381.918. A Companhia efetuou estudos das provisões de Benefícios a Conceder, com base no histórico de registros portabilidade, para efeito de comparabilidade em 2013, fora reclassificados nos grupos: a) Provisões técnicas - Seguros, Circulante de R\$ 528.409 para R\$ 877.312. Não Circulante de R\$ 3.230.305 para R\$ 2.881.402; b) Provisões técnicas - Previdência Complementar, Circulante de R\$ 46.805 para R\$ 442.841. Não Circulante de R\$ 3.682.204 para R\$ 3.286.168. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que altera a legislação tributária relativa ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Neste contexto, a Administração da Companhia efetuou avaliação inicial das disposições contidas na referida lei e optou pela não adoção antecipada para o ano-calendário de 2014. Resolução CNSP 317/2014, dispõe sobre os critérios para a apuração do capital de risco baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A Administração está avaliando o impacto desse normativo, sendo a primeira entrega de dados, para cálculo de estimativa previsto para o segundo semestre de 2015. A exigência de constituição do capital será para 30/12/2016 (50%) e 30/12/2017 (50%). Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2015. 2.2 Base de Mensuração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles passivos para os quais não é possível identificar tais prazos são classificados no "Circulante", caracterizando passivos de exigibilidade imediata. 2.3 Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 Uso de Estimativas: A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de deferimento dos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (vide nota nº 3.1(c)); • Provisões Técnicas (vide nota nº 3.7); • Aplicações Financeiras (vide nota nº 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 2.2); • Provisões Judiciais (vide nota nº 18.1). 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. As práticas mais relevantes são: 3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. b) Instrumentos Financeiros não Derivativos: Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários classificados como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (ii) Disponíveis para venda - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao acordo com a intenção de negociação. Os ganhos auferidos pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (iii) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (iv) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) Redução ao Valor Recuperável: c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo e individual, acidentários pessoais e prestamistas baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo foi efetuada provisão de 71,84% das faturas vencidas há mais de 60 dias. (vide Nota 7.2) c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. d) Instrumentos Financeiros Derivativos A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos ao valor justo de contratos futuros e de swaps mantidos nos fundos de investimento exclusivos, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado. (vide Nota 6). 3.2 Outros Créditos Operacionais: Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo. 3.3 Custos de Aquisição Diferidos: Os Custos de Aquisição Diferidos referentes às operações de seguros compreendem o deferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o deferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco. Os Custos de Aquisição Diferidos das operações de previdência complementar compreendem o deferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado anualmente com base na persistência da carreira. (vide Notas 15 e 16). 3.4 Investimentos: As participações acionárias em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas, de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. (vide Nota 10). 3.5 Imobilizado: O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfiteiros em imóveis de terceiros - 20% a.a. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes", na demonstração do resultado. 3.6 Intangível: O Intangível está contabilizado ao custo e é constituído de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno, cujas amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. Composto também por contrato referente a aquisição de direito de exclusividade para comercialização de produtos nos canais de parcerias, cuja amortização considera o tempo de vida útil determinado em contrato. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a recuperabilidade. (vide nota 11) 3.7 Provisões Técnicas - Seguros e Previdência Complementar: As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 281, de 30/01/2013 e de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões